

Quem disse ?

«Nestas presidenciais, a direita teve a maior derrota de sempre e isso mais uma vez demonstrou que não há alternativa credível ao PS»

Jorge Coelho
Expresso, 20 de Janeiro



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Diálogo 5+5

Portugal acolhe encontro euro-magrebino

Na caminhada imparável de afirmação no contexto global, Portugal será palco, hoje e amanhã, da terceira reunião da Conferência Ministerial do Processo de Cooperação do Mediterrâneo Ocidental (PCMO), organização que se pretende agora relançar após dez anos de interregno.

Anterior ao Processo de Barcelona e ao Fórum do Mediterrâneo, duas organizações semelhantes, mas com objectivos diferentes, o Processo, conhecido também por «Diálogo 5+5», visa proporcionar encontros informais, destinados a reforçar a integração magrebina e também as relações euro-magrebinas.

Nesse sentido, os dez membros da organização, que integra Portugal, Espanha, França, Itália, Malta e os cinco países da União do Magrebe Árabe (Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia) vão também examinar as formas de desenvolver a cooperação económica.

Entre os temas a debater na reunião, que decorre no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, estão também questões ligadas à segurança, estabilidade e paz na região e os desafios e respostas à globalização nas duas margens do Mediterrâneo Ocidental.

Em agenda está igualmente o diálogo político, cultural e social na região, sendo ainda dada atenção a uma questão levantada pela Itália relacionada com a imigração clandestina, que afecta sobretudo este país, a França e a Espanha.

Segundo as informações oficiais, a ideia é, agora, institucionalizar, se possível, de forma anual, os encontros informais e alargar as áreas de intervenção a outras áreas, nomeadamente às económicas, sociais e culturais.

JORGE COELHO DEFENDE EM CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

UM CONGRESSO PARA TODOS OS MILITANTES NUM CLIMA DE AMPLO DEBATE POLÍTICO



A Comissão Nacional do PS deliberou no próximo Congresso do PS, agendado para os dias 30, 31 de Março e 1 de Abril, no Pavilhão Atlântico, em Lisboa, quem avançar com uma moção global terá de conseguir o apoio de 50 delegados eleitos pelas bases.

Estas regras constam do regulamento e do regimento do Congresso, aprovados na Comissão Política Nacional e ratificados pela Comissão Nacional.

Um Congresso que se quer clarificador, mas em que a discussão em torno de ideias será uma realidade, de acordo, aliás, com a velha tradição democrática do PS de um saudável e fraterno debate entre os seus militantes.

Governo

Administração pública Reforma do Estado em marcha



O Executivo socialista deu carta branca ao decreto-lei que estabelece as atribuições, competências, organização e funcionamento do Conselho Superior da Reforma do Estado e da Administração Pública (CSREAP). O Conselho Superior da Reforma do Estado e da Administração Pública será um órgão superior de consulta do Governo, a funcionar na directa dependência do ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública.

Suplemento



XII Congresso Nacional do Partido Socialista

REGULAMENTO PARA A ELEIÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL E DOS DELEGADOS

REGIMENTO

COMISSÃO ORGANIZADORA

CALENDRÁRIO DO CONGRESSO



A reforma tributária

Em termos de política fiscal o Governo já demonstrou a sua determinação em transformá-la, cada vez mais, geradora de equidade entre os contribuintes e de competitividade entre as empresas e para o País, desempenhando um papel estratégico na captação e consolidação de investimento no território nacional, assim como de estímulo à promoção do emprego e preservação do ambiente.

Neste sentido o Governo do Partido Socialista no seu último compromisso eleitoral com os portugueses comprometeu-se a cumprir um Pacto de Justiça Social baseado no alargamento da base tributável, na intensificação do combate à evasão e à fraude fiscais e na diminuição do esforço fiscal dos contribuintes cumpridores.

A actual proposta de lei do Governo que propõe diversas reformas ao nível tributário, com o objectivo de aproximar os cidadãos da administração e de apertar o cerco à evasão fiscal vem, aliás, neste sentido.

O diploma do Executivo, que sobe a plenário hoje, representa a consolidação da primeira fase da reforma fiscal aprovada recentemente na Assembleia da República, com a abstenção do PCP, do Bloco de Esquerda e do Partido Ecologista «Os Verdes».

Esta proposta visa servir como «instrumento dissuasor e persuasor» de futuras fraudes e evasões fiscais representando por isso um avanço significativo no combate à evasão e fraude fiscal e no reforço dos direitos e garantias dos contribuintes em relação à administração tributária.

Efectivamente, trata-se de criar ao nível do direito penal tributário os meios e instrumentos necessários para que a primeira parte da reforma fiscal aprovada no Parlamento - referente aos impostos sobre o rendimento - possa ser melhor aplicada. Na prática a ideia «é aproximar os cidadãos da administração tributária, tornar mais ágil e célere os processos judiciais e combater a fraude fiscal, agravando as penas para os casos mais graves». Para isso, a proposta do Governo contempla alterações em três áreas específicas: no regime das infracções tributárias, passando a haver novos crimes fiscais, na organização dos tribunais judiciais e, por fim, na organização processual e garantias dos contribuintes.



PINOCHET SEMEIA TERROR E LANÇA CHILE NA BANCARROTA

A edição de 27 de Janeiro de 1983 do órgão oficial do PS tinha uma pérola: um exclusivo para o nosso país de um artigo de Claudio Rojas e Diaz Espejo - dois economistas chilenos, socialistas, refugiados - publicado no «L' Unité», intitulado «A ditadura militar de Pinochet lança o Chile na bancarrota».

No extenso artigo, publicado nas páginas 9 e 10 do «AS», os dois analistas fazem um balanço de nove anos de ditadura centrado na análise do modelo económico ultraliberal posto em prática pelos «Chicago Boys» - discípulos de fato cinzento de Milton Friedaman - com a habitual receita: privatização da economia baseada na diminuição do papel do Estado, aumento da importância do mercado (teologia do mercado), em especial o financeiro, abertura comercial e financeira total para o exterior e cortes nas despesas sociais.

Com dados irrefutáveis, os dois economistas demonstram o fracasso do modelo que agravou as desigualdades, lançando milhares de chilenos para a miséria, enquanto uma ultraminoria, através da exploração desenfeada e especulação, enriquecia de uma forma obscena.

Era a teologia do mercado no seu esplendor.

J. C. CASTELO BRANCO

27 de Janeiro

Quem disse?

«Próximas eleições conferirão ao PS mandato para liderar uma nova maioria»
Comissão Permanente do PS



Fundações: Sampaio defende separação das águas entre o público e o privado

O Presidente da República, Jorge Sampaio, defendeu no dia 20 a necessidade de separar as águas entre o público e o privado no que diz respeito às fundações e enalteceu o papel daquelas instituições na afirmação da cidadania.

Jorge Sampaio, que falava em Sintra na abertura do V Encontro Nacional das Fundações, defendeu que «sempre que esteja em causa o interesse público, e que seja necessário recorrer aos dinheiros públicos para prosseguir os fins de uma fundação privada, o Estado deve gerir esses fundos e garantir a transparência». «É preciso fazer o balanço entre o que por um lado é a actividade privada e o interesse individual e por outro o interesse público», disse Jorge Sampaio, frisando a necessidade de haver legislação para fundações públicas e outra, diferente, para privadas. O Presidente da República salientou que os problemas que envolvem as fundações podem encontrar resposta no regime



jurídico que está a ser preparado, e que «é preciso não fazer aproveitamento político das circunstâncias».

Ambiente: Caça proibida no estuário do Tejo

O Governo interditou, no dia 18, a caça em diversas áreas da Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo (ZPEET), concretamente em Bela Vista/Rio das Enguias, Salinas do Samouco e Sarilhos/Rosário. A interdição foi decidida, na passada quinta-feira, por portaria conjunta das secretarias de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza e do Desenvolvimento Rural.

Na zona denominada Lezíria do Sul de Vila Franca de Xira, da mesma ZPEET, foi criada uma área de refúgio de caça que, na

prática, impede também aí qualquer actividade cinegética.

Segundo o Governo, esta medida visa reforçar a protecção e salvaguarda de um conjunto significativo de espécies (uma vez que na ZPEET concentram-se espécies protegidas como o sisão, perdigão do mar, água sapeira ou falcão peregrino), bem como a manutenção das características ecológicas dos respectivos habitats.

A portaria contém uma disposição transitória para a já existente concessão da Zona de Caça Turística da Barroca d'Alva.

Ambiente: II Cimeira Ecologista Ibérica em Lisboa

Os problemas ambientais comuns que afectam a Península Ibérica, como a água, os espaços transfronteiriços ou o síndrome dos Balcãs serão debatidos por ambientalistas espanhóis e portugueses nos dias 27 e 28 de Janeiro.

A II Cimeira Ecologista Ibérica, organizada pela confederação espanhola Ecologistas en Acción e pela Confederação Portuguesa

das Associações de Defesa do Ambiente - uma organização não governamental que congrega 95 organizações de ambiente - decorrerá em Lisboa.

Além da Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), os ambientalistas discutirão também o problema dos transportes e acessibilidades e organismos geneticamente modificados.

Sting condecorado no Chile

Sting foi condecorado na semana passada no Chile com uma medalha pela sua acção em defesa dos direitos humanos naquele país, durante a ditadura de Augusto Pinochet. O ex-Police recebeu a medalha das mãos da ministra dos Negócios Estrangeiros, Soledad Alvear, numa cerimónia que contou com a presença da filha do antigo Presidente, o socialista Salvador Allende.

O cantor de rock tornou-se uma referência na pátria de Pablo Neruda, por participar frequentemente em concertos de solidariedade e, sobretudo, depois de escrever «They dance alone», canção dedicada às vítimas da repressão no Chile de Pinochet e na Argentina de Videla - dois militares que cometeram crimes contra os seus povos e a humanidade.

COMISSÃO NACIONAL *Jorge Coelho defende*

UM CONGRESSO PARA TODOS OS MILITANTES NUM CLIMA DE AMPLO DEBATE POLÍTICO

A Comissão Nacional do PS deliberou que no próximo Congresso do partido, agendado para os dias 30, 31 de Março e 1 de Abril, no Pavilhão Atlântico, em Lisboa, quem avançar com uma moção global terá de conseguir o apoio de 50 delegados eleitos pelas bases.

Estas regras constam do regulamento e do regimento do Congresso, aprovados na Comissão Política Nacional e ratificados pela Comissão Nacional.

Um Congresso que se quer clarificador, mas em que a discussão em torno de ideias será uma realidade, de acordo, aliás, com a velha tradição democrática do PS de um saudável e fraterno debate entre os seus militantes.

A próxima reunião magna do partido, estamos certos, será um grande palco de debate onde todos os militantes-delegados poderão exprimir os seus pontos de vista. Poderão todos aqueles analistas e comentadores que se entretêm a especular sobre o próximo Congresso ter uma certeza: a reunião magna decorrerá num clima de sã convivência entre os militantes, com um debate aberto, sem «caça às bruxas», como acontece em partidos à nossa esquerda, e sem ser uma «feira de vaidades» e montra de barões, como é hábito nos partidos à nossa direita.

No PS todos os militantes são iguais em direitos e deveres e todos têm direito a exprimir livremente as suas opiniões nos órgãos internos do partido.

Numa conferência de Imprensa no dia 20 de Janeiro, no final da reunião da Comissão Nacional do PS, o secretário-coordenador dos socialistas, camarada Jorge Coelho, salientou que as chamadas «elites» que terão de trabalhar se quiserem ser eleitas e que o Congresso «não será uma feira de vaidades». O secretário-coordenador dos socialistas referiu que cada congressista só poderá estar vinculado a uma moção global de estratégia política.

Sublinhou, ainda, que as moções globais só poderão ser objecto de discussão em congresso, se tiverem o apoio de 50 delegados eleitos.

«Este congresso não pode ser uma feira de vaidades, porque o queremos para todos os militantes e não apenas para aqueles que têm facilidade em escrever moções», disse Jorge Coelho.

Sã convivência entre todos os militantes

Ainda segundo o camarada Jorge Coelho, «o PS é por natureza um partido interclassista e tem uma sã convivência entre todos os seus militantes».

«No PS, são todos iguais, independentemente da sua formação académica. No PS, não há pessoas com direitos especiais», frisou.



Questionado sobre a alegada desigualdade de meios entre o secretário-geral e outros militantes que quiserem promover a sua moção de estratégia junto das bases socialistas, Jorge Coelho desvalorizou essas dificuldades, lembrando que, tanto o actual primeiro-ministro, como o actual Presidente da República, Jorge Sampaio, já estiveram na oposição em relação a direcções do PS e sempre conseguiram

apresentar moções alternativas.

«No PS, tem que se trabalhar. Não basta escrever-se artigos», acrescentou.

Ainda no que respeita a movimentações de bases socialistas no período anterior ao Congresso, ficou já definida a realização de um encontro nacional de presidentes de concelhias do PS no dia 17 de Fevereiro, em Viseu, reunião que será encerrada pelo camarada António

Guterres.

Entretanto, numa entrevista ao «Expresso» publicada na última edição deste semanário, em que são abordados alguns dos temas que marcam a actualidade política nacional, o camarada Jorge Coelho afirma que «o próximo Congresso vai ser inovador, vai pôr os socialistas a discutir o futuro programático do partido e do país, e não os pequenos "fait-divers" que também existem dentro dos partidos».

Na entrevista, o camarada Jorge Coelho rejeita liminarmente que o próximo Congresso funcione como um «auto de fé», salientando que «vai haver um amplo debate político, de que o PS precisa».

«Essa questão do poder é menor. Central é saber quais os desafios que o PS vai colocar à sociedade portuguesa neste início de milénio», acrescenta.

Para o dirigente socialista, no próximo Congresso o que vai estar no centro do debate é «revisitar os caminhos que temos traçado, corrigi-los, ajustá-los, encontrar novos objectivos», salientando que o PS tem de «atrair à política muitas das pessoas que participaram nos Estados Gerais».

Optimista, Jorge Coelho sublinhou ainda que há muito tempo que não via no PS «um espírito de tanta vontade de ir à luta como agora».

J. C. CASTELO BRANCO

Comissão Organizadora do Congresso

A Comissão Nacional do PS aprovou no dia 20 o nome do camarada Fausto Correia para presidir à equipa responsável pela organização do congresso, que se realizará no Pavilhão do Atlântico, entre 30 de Março e 1 de Abril.

A proposta de Comissão Organizadora do Congresso (COC) recebeu 112 votos favoráveis e 19 contra.

Além de Fausto Correia, farão parte da COC os camaradas António Galamba, Vera Jardim, Acácio Barreiros, António Ramos Preto, Maria do Carmo Romão (em representação do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas), Paulo

Pedroso, Miguel Braga (pela Juventude Socialista), Natalina Moura, Custódia Fernandes, Artur Penados (Tendência Sindical Socialista), Miguel Coelho e Renato Sampaio.

Ratificadas propostas de regimento e regulamento

A Comissão Nacional do PS também ratificou as propostas de regimento e de regulamento do próximo congresso, que já haviam sido aprovadas na véspera em reunião da Comissão Política dos socialistas.

PELO PAÍS

Governança Aberta

COMUNICAÇÃO SOCIAL

O actual Serviço Público de televisão vai manter-se nos dois canais da RTP, disse o secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, numa mesa-redonda organizada, no dia 21, pela RDP e pelo Instituto Goethe da Alemanha, em Lisboa.



Arons de Carvalho, que afastou qualquer hipótese de privatização ou concessão da televisão pública, considerou que o debate sobre o papel do Serviço Público nos órgãos de Comunicação Social continua a ser alvo de um «debate demagógico e superficial».

A mesa redonda, realizada sábado no auditório da RDP, teve a presença do ex-redactor principal do canal (de televisão) ARTE-info e actualmente no MDR (Mittldeutscher Rundfunk), que apontou a necessidade de «existir uma maior distinção entre os sectores público e privado», devido às influências que ambos podem sofrer, principalmente no domínio da Informação.

José Rodrigues dos Santos, director de Informação da RTP, debruçou-se sobre o que é bom ou mau jornalismo, ao afirmar que «o compromisso dos jornalistas é com a verdade» e não com o sector em que estão inseridos.

CULTURA

As grandes questões e desafios que se colocam à cultura em Coimbra foram debatidos, na passada sexta-feira e no e sábado, numa iniciativa da Associação Cívica Pro Urbe, cuja sessão de abertura foi presidida pelo ministro José Sasportes. Subordinado ao tema «Coimbra Cultura – Um Olhar para Crescer», o encontro congregou agentes e responsáveis culturais da cidade e também figuras do panorama nacional.

Eduardo Prado Coelho (Universidade Nova de Lisboa), Rui Vieira Nery (Fundação Calouste Gulbenkian), Abilio Hernández (Teatro Académico de Gil Vicente), Adília Alarcão (Museu Machado de Castro) e Boaventura Sousa Santos (presidente da Pro Urbe) foram alguns dos participantes no evento. Na iniciativa, aberta pelo ministro da

Cultura, José Sasportes, participaram também o arquitecto e cenógrafo João Mendes Ribeiro, o encenador e docente universitário Paulo Filipe Monteiro e o presidente da Associação Académica de Coimbra (AAC), Humberto Martins.



O Grupo de Cultura e Turismo da Associação Cívica Pro Urbe organizou o encontro em três grandes blocos: «Infra-estruturas culturais», «Programação – estratégias, prioridades e apoios» e «Pontos fracos, pontos fortes - um caminho para Coimbra».

ECONOMIA

O ministro da Economia, Mário Cristina de Sousa, anunciou, no dia 19, o fim da parceria entre a EDP e a Iberdrola.



O acordo parassocial do Estado português com a Iberdrola previa o fim da parceria caso o controlo da eléctrica espanhola mudasse de mãos, o que acontece com o processo de fusão desta empresa com a também espanhola Endesa.

O Estado, como accionista estratégico da EDP podia, neste caso, pôr fim à aliança, obrigando a empresa portuguesa a sair da Iberdrola e esta a retirar-se da EDP. «Já não há condições para manter viva esta aliança», disse Mário Cristina de

Sousa, adiantando que a «aliança nunca deu os frutos que se previam».

O acordo previa a troca de participações até cinco por cento, mas essa percentagem nunca foi atingida, com a Iberdrola a deter actualmente quatro por cento do capital da EDP e a eléctrica portuguesa três por cento no capital da empresa espanhola.

O ministro adiantou que a decisão é irreversível e resulta do entendimento dos conselhos de administração das duas empresas «que querem que a separação seja feita amigavelmente».

EDUCAÇÃO

O ministro da Educação, Augusto Santos Silva, inaugurou, no dia 22, as novas instalações da Escola Profissional de Trancoso (EPT), no distrito da Guarda, onde foram investidos perto de 500 mil contos, comparticipados pelo Programa de Desenvolvimento da Educação – Prodep.



O complexo comporta 12 salas de aula, três laboratórios, salas de desenho e informática, oficinas de mecânica e frio, além de áreas administrativas e de apoio. A EPT foi criada em 1989 através de contrato-programa celebrado entre o Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional (GETAP) do Ministério da Educação, Câmara Municipal de Trancoso, Associação Comercial e Industrial dos concelhos de Trancoso, Aguiar da Beira e Meda (ACITAM) e Centro de Formação e Desenvolvimento Regional de Fiães. Mais tarde foi constituída pelas entidades envolvidas a Associação Promotora do Ensino Profissional da Beira Transmontana-Escola Profissional de Trancoso, de acordo com o estabelecido na lei de 1998.

ENSINO SUPERIOR

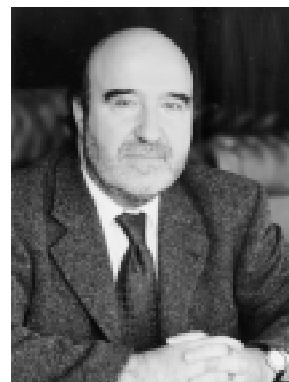
O secretário de Estado do Ensino Superior, José Reis, considerou, no dia 20, que Coimbra «deve levar a sério o desafio» que constitui o projecto Capital Nacional da Cultura, anunciado pelo ministro da Cultura.

«É um projecto irrecusável e a cidade deve

articular-se com ele», afirmou o governante, ao intervir, como cidadão e na qualidade de membro da Associação Pro Urbe, no encontro «Coimbra Cultura - Um Olhar para Crescer».

Na opinião de José Reis, «Coimbra não pode baixar as expectativas» do «projecto irrecusável» que Sasportes pretende ver realizado na cidade, em 2002, e «deve levar a sério o desafio».

José Reis, catedrático da Faculdade de Economia de Coimbra e ex-presidente da Comissão de Coordenação da Região (CCRC), admitiu, em relação a Coimbra, que «é notório que o projecto de cidade não existe».



«Coimbra desagrada àqueles que cá vivem. Para que diabo de projecto de cidades é que nós estamos a juntar energias?», perguntou.

O governante observou que «Coimbra reconhece-se mal do exterior» e, por outro lado, «auto-identifica-se mal através da autoflagelação, do fado e da Queima da Fitas».

FINANÇAS

A economia portuguesa vai crescer a uma taxa nominal média anual de 6,3 por cento entre 2001 e 2004, afirmou, no dia 23, o ministro das Finanças, Pina Moura, na cerimónia de tomada de posse do novo grupo que vai reformar as finanças públicas.

Em véspera de entrega, em Bruxelas, do Plano de Estabilidade e Crescimento, o ministro divulgou a previsão do Governo para o crescimento da economia portuguesa, frisando que nos próximos quatro anos a contenção das despesas será fundamental para o objectivo de consolidação orçamental.

O Governo prevê atingir o equilíbrio orçamental em 2004, contando para isso com uma expansão da despesa inferior à receita, a qual deverá crescer acima do PIB.

A taxa de crescimento médio anual da despesa corrente primária, que não tem em conta os encargos da dívida e cujas maiores rubricas são as despesas com o pessoal, as transferências correntes e a aquisição de bens e serviços, será de 5,9

PELO PAÍS

Governança Aberta

por cento entre 2001 e 2004. Esta previsão significa uma redução de 3,1 pontos percentuais em relação ao período de 1997 a 2000.



HABITAÇÃO

A secretária de Estado da Habitação garantiu, no dia 20, em Tavira, Algarve, que os bairros de habitação social actualmente construídos têm uma qualidade média superior à que é fornecida pela iniciativa privada.



Falando durante uma cerimónia de inauguração do empreendimento habitacional da Horta do Carmo, com 125 fogos, Leonor Coutinho sublinhou o seu orgulho por estar «a contribuir para estar a aumentar a qualidade média e não a dar uma desculpa para baixar a qualidade média».

A governante salientou o «enorme esforço» do Governo na área da habitação social e dos realojamentos de famílias que viviam em casas degradadas, afirmando que o Executivo está a realojar «a um ritmo que nunca aconteceu em Portugal».

«Só em 1999 foram realojadas 7.558 famílias, mais do que nos oito anos antes de eu ter começado a exercer estas funções», recordou a secretária de Estado, adiantando que no ano 2000 foram

realojadas dez mil famílias e em 2001 já foi contratualizado o realojamento de outras tantas.

Segundo Leonor Coutinho, os realojamentos estão a ser feitos com o cuidado de não criar guetos, em bairros com várias tipologias habitacionais e tipos de apropriação por parte dos moradores, incluindo a compra.

PLANEAMENTO

Portugal vai ter de aproveitar os próximos seis anos e o terceiro Quadro Comunitário de Apoio para apanhar de vez o comboio do desenvolvimento pleno.

Foi esta a ideia defendida, no dia 18, em Lisboa, pela ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, durante a cerimónia de encerramento do primeiro fórum de ciência e tecnologia da Região de Lisboa e Vale do Tejo.



A governante frisou que a situação portuguesa de hoje não pode ser comparada à que existia há 15 anos atrás, em matéria de infra-estruturas, preocupações ambientais, formação de recursos humanos ou atitude dos cidadãos perante a inovação, mas reconheceu que há muito por fazer. A ministra do Planeamento realçou ainda que se, por um lado, Portugal dispõe de todos «os ingredientes» para que o avanço se verifique, as taxas de crescimento da produtividade global continuam a ser insuficientes.

Em relação ao problema da falta de produtividade, a ministra sublinhou tratar-se de uma opção política pela integração da maioria dos cidadãos no mercado de trabalho, que resultou numa das mais baixas taxas de desemprego na Europa.

PRESIDÊNCIA

O Governo vai encomendar estudos sobre as causas da abstenção em actos eleitorais, disse, no dia 18, o ministro da Presidência, Guilherme d'Oliveira Martins. Esta é uma das iniciativas que vão ser tomadas pelo Governo após uma semana e meia em que o primeiro-ministro, António Guterres, teve sucessivas reuniões com todos os ministros para levantamento das acções em curso e planeamento dos próximos meses.

A abstenção verificada nas presidenciais do domingo, dia 14, foi a maior de sempre nas eleições para o chefe de Estado, situando-se nos 49,2 por cento.

O ministro da Administração Interna anunciará oportunamente a «encomenda de estudos envolvendo o mundo académico no sentido de se apurar objectivamente quais são as razões fundamentais que levam a termos uma evolução que nos suscita reflexão relativamente à abstenção», disse ainda.



Trata-se de estudos a serem realizados por universidades ou centros de investigação, no âmbito do objectivo do Governo que é envolver os cientistas sociais nesta pesquisa «que não pode ser uma investigação de pendor político», acrescentou.

REFORMA DO ESTADO

O novo recenseamento geral dos efectivos da Administração Pública está adiantado e deverá ser concluído no primeiro trimestre deste ano, disse, no dia 18, em Lisboa, o ministro Alberto Martins.



Lembrando que o último recenseamento teve lugar em 96 e que os funcionários públicos são hoje cerca de 650 mil, o ministro disse também que os diplomas sobre a Função Pública aprovados quinta-

feira pelo Governo prevêem a «criação de um recrutamento centralizado».

Outra das novidades introduzidas pelos diplomas aprovados é que por cada dez funcionários que se retiram por aposentação, há apenas cinco que os diversos ministérios sujeitos a uma planificação provisional têm a possibilidade de «descongelar», disse ainda.

Uma terceira é que criam uma bolsa de emprego com acesso público quer no recrutamento quer no trânsito dos serviços da Administração Pública.

Nos próximos dez anos está previsto que se reforme 40 por cento dos funcionários públicos, o que vai permitir ao Governo a sua substituição por outros, em número mais reduzido mas qualificados, considerou também o ministro da Reforma do Estado.

SAÚDE

A ministra da Saúde anunciou no dia 19, no Porto, o lançamento de um novo prontuário terapêutico que permite aos médicos aceder a uma listagem de medicamentos que inclui o fármaco pretendido e outros de igual qualidade a preços mais acessíveis.



«Vai possibilitar uma prescrição mais racional por parte dos médicos e, sobretudo, mais informada», frisou Manuela Arcanjo.

O novo prontuário, que vai ser lançado em Fevereiro quer na versão de papel quer em suporte informático, é de fácil consulta e entre os medicamentos semelhantes aos pretendidos inclui de uma forma explícita os medicamentos genéricos existentes no mercado.

«Em consciência, os clínicos poderão escolher o que lhe parecer mais adequado à situação clínica e com melhor relação custo/benefício», sublinhou a ministra.

Manuela Arcanjo falava na abertura do Seminário sobre Política do Medicamento, que está a decorrer no Auditório da Ordem dos Médicos, no Porto.

A ministra referiu que será lançada uma campanha de sensibilização junto dos médicos e dos doentes para uma maior utilização do prontuário.

REFORMA DO ESTADO EM MARCHA

O Executivo socialista deu carta branca ao decreto-lei que estabelece as atribuições, competências, organização e funcionamento do Conselho Superior da Reforma do Estado e da Administração Pública (CSREAP).

O Conselho Superior da Reforma do Estado e da Administração Pública será um órgão superior de consulta do Governo, a funcionar na directa dependência do ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública.

O diploma, para além de acautelar a representação da sociedade civil na composição do Conselho, vem estabelecer a sua natureza, atribuições e respectivo sistema de funcionamento.

É assim criado um fórum de debate de questões tão relevantes quanto as da organização territorial do Estado, do sistema de estruturação, funcionamento e gestão do serviço público, da política de emprego público gestão e qualificação dos seus recursos humanos e da operacionalização da sociedade de informação na Administração Pública.

O Governo chefiado por António Guterres decidiu também estabelecer o enquadramento e definir a estrutura das carreiras de inspecção da Administração Pública.

Este decreto-lei visa revalorizar e conferir identidade a todo um corpo de profissionais que, em diversas áreas de actuação, ocupa uma posição determinante nos sistemas de regulação do Estado.

A natureza de actividade de controlo associada à qualidade de autoridade pública e a especificidade técnica e relacional do exercício das funções de inspecção, justifica a sua prossecução por um agrupamento de pessoal especializado inserido numa «carreira de regime especial» (art.º 8º do decreto-lei n.º 248/85 de 15 de Julho).

São previstas três carreiras com diferentes requisitos habilitacionais de ingresso – de Inspector superior, de Inspector técnico e de Inspector adjunto – por forma a facultar um leque aberto mas comum de opções para a definição dos respectivos quadros de pessoal, cruzando critérios de complexidade no exercício e de quantidade

de profissionais necessários. As regras de ingresso, de acesso e de intercomunicabilidade vertical articuladas com requisitos de formação inicial e contínua permitem associar as necessidades de qualificação das pessoas e de incremento da qualidade do serviço aos processos de gestão de carreiras, tanto no plano do colectivo como no plano da responsabilidade individual. Desta configuração, pode, ainda, esperar-se o favorecimento da intercomunicabilidade horizontal.

Recenseamento dos recursos humanos

Ainda na reunião da passada quinta-feira, o Governo deu luz verde a uma resolução que adopta procedimentos relativos a novas admissões nos Serviços e Organismos da Administração Pública.

A política de emprego na Administração Pública, prosseguida pelo Executivo, tem como objectivo dotar os serviços públicos dos efectivos quantitativa e qualitativamente ajustados ao cumprimento, com eficácia e eficiência, das missões que lhes estão confiadas.

Este objectivo, aliás, vem sendo concretizado, quer através de medidas globais, dirigidas a toda a Administração Pública, quer de medidas sectoriais que permitem diferenciar os domínios que devem ser tratados de forma específica. Merecem referência especial nesta matéria a realização do recenseamento geral da função pública e a concomitante criação da base de dados dos recursos humanos da Administração Pública e, ainda, o apuramento das necessidades previsionais dos serviços e organismos da administração central para um período de cinco anos, conforme determinado pela resolução do Conselho de Ministros n.º 26/99, de 7 de Abril.

Estes instrumentos disponibilizam informação relevante que permite e justifica agora a adopção de medidas concretas que, articulando os dispositivos legais vigentes, ponham em execução a política de renovação e requalificação dos recursos humanos da Administração Pública. Prosseguir-se-ão, assim, quatro objectivos essenciais:

- Criação de reservas de recrutamento nas carreiras gerais da Administração Pública, através de concursos centralizados, simplificando e agilizando, desta forma, os processos de selecção de pessoal;
- Melhorar a operacionalidade do sistema de mobilidade geográfica, departamental e profissional de forma a que, com naturalidade, se aproveitem de forma mais eficaz os recursos humanos já existentes na Administração. A dinamização do recrutamento centralizado e a criação de uma bolsa de emprego da função pública inscrevem-se nesta linha de racionalização

dos meios e recursos da Administração Pública;

- Reforço da disciplina nas contratações de pessoal, a termo certo que, sem prejuízo da sua utilização nos termos da lei, claramente impeça a sua utilização para crescimento dos efectivos na Administração Pública;

- Racionalização da evolução dos efectivos através da contenção do seu crescimento (relacionando directamente o fluxo de entradas com o fluxo de saídas definitivas), da melhoria qualitativa do perfil da função pública e da simplificação dos procedimentos relativos ao descongelamento de novas admissões.

A concretização destes objectivos pressupõe e exige uma cada vez maior articulação entre os diferentes ministérios e os Ministérios das Finanças e da Reforma do Estado e da Administração Pública, assim se prosseguindo a estratégia de descentralização e responsabilização que o Governo sempre assumiu como vector estratégico da modernização da gestão pública.

Equipa de Missão

Com vista à organização e optimização do funcionamento da Administração do Estado a equipa governativa socialista decidiu criar uma Equipa de Missão.

A intervenção no domínio de própria organização da Administração Pública, no sentido da sua modernização, da melhoria da eficácia da gestão pública e da promoção da qualidade da acção administrativa, é uma necessidade sobejamente identificada e diagnosticada. Esta intervenção adquire, ainda, uma importância acrescida, num quadro em que se impõe uma redução efectiva da despesa pública que, não comprometendo os objectivos do Governo para o desenvolvimento do País, contribua para uma melhor e mais racional orientação dos fundos públicos afectos à organização e funcionamento da Administração Pública.

É neste sentido que importa, em coerência com as orientações do Executivo e de forma adequada à situação existente, promover a preparação dos instrumentos e medidas de intervenção que, envolvendo de forma especial os Ministérios da Reforma do Estado e da Administração Pública e das Finanças, permitam introduzir as inovações nos modelos orgânicos e nos processos de funcionamento da nossa Administração adequadas a promover a sua eficácia, a melhorar a sua produtividade e a garantir melhores condições e maior qualidade na prestação de serviços aos cidadãos e agentes económicos e sociais; e assegurar a sintonia de actuações nestes domínios entre todos os departamentos ministeriais.

CONSELHO MINISTROS

18 de Janeiro de 2001

O Conselho de Ministros aprovou:

- A actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento para o período de 2001 a 2004 que será enviado à Comissão Europeia;
- Um decreto-lei que estabelece as atribuições, competências, organização e funcionamento do Conselho Superior da Reforma do Estado e da Administração Pública;
- Um decreto-lei que estabelece o enquadramento e define a estrutura das carreiras de inspecção da Administração Pública;
- Uma resolução que cria uma equipa de missão para a Organização e Funcionamento da Administração do Estado;
- Um decreto-lei que cria uma linha de crédito especial para apoio à reparação dos danos causados pelas intempéries que ocorreram nos meses de Novembro de Dezembro de 2000 e Janeiro de 2001, em equipamentos e infra-estruturas municipais e em habitações próprias;
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a legislar no sentido de alterar o estatuto da associação pública denominada Ordem dos Farmacêuticos;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova o estatuto dos serviços de apoio do Tribunal de Contas;
- Um diploma que altera o decreto-lei que cria a Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar;
- Um diploma que altera o anexo ao decreto-lei n.º 364/99 de 17 de Setembro;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica do Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Externas do Ministério do Planeamento;
- Uma resolução que aprova, para ratificação, a convenção n.º 176 da Organização Internacional do Trabalho, relativa à segurança e saúde nas minas, adoptada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, em 22 de Junho de 1995;
- Um decreto que aprova o acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à instituição de uma comissão mista nos domínios dos transportes terrestres e das infra-estruturas de transporte, assinado em Salamanca, em 26 de Janeiro de 2000.

DEPUTADO ANTÓNIO MARTINHO

Região Demarcada do Douro

POR UMA SOLUÇÃO GLOBAL



O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) defende uma solução global para os problemas vários com que se defronta a Região Demarcada do Douro.

É neste sentido, na opinião do deputado António Martinho, que deve ser interpretado o projecto de resolução da iniciativa do PS. O parlamentar socialista falava na sessão plenária da Assembleia da República do dia 18, recordando a recente presença dos lavradores do Douro no Parlamento, num pedido de apoio para a Casa do Douro – instituição que os representa e que tem desempenhado um papel importante na produção de Vinho do Porto.

António Martinho explicou que o articulado do projecto socialista «sintetiza em três pontos, de forma realista, um quadro de soluções possíveis para um conjunto de questões que traduzem verdadeiros problemas com que a região se tem confrontado».

«De entre eles ressalta a necessidade de

um avaliação do actual quadro jurídico institucional, criado em 94-95 e que tem mostrado debilidades e ineficiências, por um lado, e, por outro, manifesta existir algum desequilíbrio entre as profissões no próprio funcionamento do interprofissionalismo», disse.

O deputado do GP/PS deixou claro que não está em a coerência global do modelo, mas reconhecer a necessidade de introduzir melhorias, «inclusive na clarificação das competências dos organismos que intervêm na região ou que detêm tutela sobre a mesma».

«É que uma certa sobreposição de competências em nada beneficia a região. Pelo contrário, tem criado situações de conflito», recordou, acrescentando que, tendo presente esta realidade, ficou proposto que o Governo avalie o actual quadro de competências das entidades com poderes de actuação na Região Demarcada do Douro, não só no domínio da fiscalização, mas também nesse domínio».

«Porque a garantia da manutenção do

prestígio e da imagem de um produto de excelência como é o Vinho do Porto não permite contemplos com situações menos claras que não respeitem as exigências de qualidade», reiterou.

Assim, António Martinho frisou a necessidade de reconhecer a «especificidade do Douro», que exigem uma atenção redobrada por parte do Executivo.

«Por isso se propõe que o Governo reforce os mecanismos de audição e de participação das organizações representativas dos produtores, designadamente da Casa do Douro», lembrou, explicando que o GP/PS está sensibilizado para esta questão específica, «no quadro do apoio que damos à solução global do problema».

Sublinhando o interesse do Governo e do PS nas dificuldades que cercam a Casa

do Douro, António Martinho defendeu uma resolução administrativa que não passa pela introdução de um ponto relativo à questão no projecto de resolução socialista, salvaguardando o princípio de separação dos poderes.

«Divergimos, por isso, do que é proposto tanto no projecto de resolução do PCP como no PSD», declarou o deputado do PS, sublinhando a pouca originalidade de algumas ideias, o carácter inexistente e desnecessário de outras e recusando-se a comentar uma exigência laranja.

«Mas os restantes pontos estão contidos, de uma ou outra forma, no articulado do nosso projecto de resolução. Nele está plasmado o que é possível, razoável e racional fazer constar numa resolução, tendo presente a realidade actual, a situação actual da Região Demarcada do Douro», garantiu.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO BARROS MOURA

Construção europeia

VENCER DISTÂNCIAS



Deixar as «lamúrias» sobre o «défice democrático» e a perda de soberania nacional no quadro da União Europeia (UE) para passar à proposta e implementação de

«medidas concretas para lhe fazer frente», foi o apelo deixado pelo deputado socialista José Barros Moura, no passado dia 17.

Barros Moura intervinha na sessão plenária da Assembleia da República em que se discutiu o projecto de lei sobre o acompanhamento parlamentar da construção europeia e onde fez referência ao fenómeno dominante das sociedades complexas contemporâneas: a concentração de poder de decisão no Executivo, com redução da influência dos parlamentos.

Na opinião do deputado do GP/PS, «é indispensável reforçar o papel dos Parlamentos nacionais em todo o processo de integração europeia», aproveitando a lei em vigor e reforçando as possibilidades de controlo e acompanhamento parlamentar que ela confere.

Barros Moura garante que a bancada socialista quer «aperfeiçoar e melhorar» a Lei n.º 20/94, aprovada sob maioria absoluta do PSD, superando os limites que a mesma estabelece à intervenção da Assembleia da República no processo de construção europeia e reforçando as possibilidades de controlo parlamentar.

Assim, o projecto do GP/PS prevê que o Governo informe «tempestivamente» a Assembleia da República sobre as orientações que planeia adoptar, com a respectiva fundamentação, por forma a possibilitar, caso necessário, a elaboração

de propostas de resolução.

«Prevê-se também o acompanhamento da elaboração do Orçamento da UE, nomeadamente no que se refere às suas incidências de receita e despesa em Portugal, e dos Quadros Comunitários de Apoio», explicou o deputado socialista, frisando ainda a consagração da informação «prévia do Governo sobre as personalidades que seja da sua competência indicar ou propor para cargos na União Europeia, e a apresentação de um relatório anual sobre o elenco e funções dos nacionais portugueses que sejam funcionários ou agentes da UE».

No projecto do PS cria-se um debate anual sobre a aplicação do princípio da subsidiariedade e sobre o estado da democracia na União Europeia e nas suas instituições e, finalmente, promove-se a ligação dos eurodeputados eleitos em Portugal ao sistema político nacional.

Trata-se pois de «vencer a distância» a que se encontra o Parlamento Europeu da opinião pública portuguesa, através da participação de eurodeputados nas reuniões da Comissão dos Assuntos Europeias e do funcionamento em Comissão Mista para a emissão de pareceres conjuntos sobre temas relevantes da agenda política europeia e da participação de Portugal.

Segundo José Barros Moura, os deputados socialistas esperam que a conjugação de todos estes meios se traduza numa «sensível melhoria da própria qualidade técnica e política da separação das decisões a tomar em Bruxelas pelos representantes do Governo português, e um reforço considerável da posição negocial que eles exprimem».

MARY RODRIGUES

DEPUTADO BARBOSA DE OLIVEIRA

Precriedade laboral

É NECESSÁRIO PUNIR EXEMPLARMENTE OS ABUSOS DA CONTRATAÇÃO A TERMO



«Defendemos, clara e abertamente, que é necessário controlar, eliminar e punir exemplarmente os abusos do recurso à contratação a termo, ou melhor, à

contratação ilegal a termo, geradora de instabilidade, insegurança e precariedade no trabalho e no emprego», afirmou no dia 17, no Parlamento, Barbosa de Oliveira.

O deputado socialista falava durante o debate das iniciativas legislativas do PCP e do Bloco de Esquerda, que visavam introduzir alterações ao regime jurídico da contratação a termo, limitando a sua admissibilidade e aumentando o seu carácter de excepção.

Nesta sessão plenária em que a precariedade laboral esteve em debate, Barbosa de Oliveira sustentou que quando não utilizado de forma abusiva e ilegal por certos «empresários», «o regime jurídico do contrato de trabalho a termo não é um obstáculo à qualidade do emprego, mas sim um instrumento propiciador da criação de mais emprego», nomeadamente porque «facilita a absorção da mão-de-obra disponível, em momentos de maior dinamismo económico».

Um diagnóstico correcto de Barbosa de Oliveira, mas numerosos «empresários»,

ignorando a letra e o espírito da lei, fazem da excepção uma regra, ou seja, usam e abusam dos contratos a termo, aumentando exponencialmente a precariedade laboral, flagelo que o ministério tutelado por Ferro Rodrigues está empenhado em combater, através de legislação e de um maior reforço da fiscalização.

Salientando que o GP/PS não tem uma posição fechada quanto a esta matéria, Barbosa de Oliveira referiu: «Estamos abertos e disponíveis para discutir de forma serena todas as alterações ao quadro legal relativo à contratação a termo, numa perspectiva do reforço dos direitos dos trabalhadores em profunda articulação com os objectivos de criação de emprego e de desenvolvimento económico e social.»

Neste quadro, elencou as principais medidas constantes do projecto-de-lei apresentado pela bancada socialista visando melhorar o regime jurídico da contratação a termo, de forma a impedir o recurso abusivo e ilegal à contratação a termo.

«O nosso desafio tem sido e deverá continuar a ser o da eliminação dos contratos a prazo ilegais e o combate firme à utilização abusiva da lei que nalguns sectores e empresas teima em persistir», sublinhou.

J. C. CASTELO BRANCO

LEI DE BASES APROVADA COM VOTOS CONTRA DO PCP E ABSTENÇÃO DA DIREITA

A Lei de Bases do Património Cultural proposta pela tutela foi aprovada no dia 18, na Assembleia da República, mas voltou a receber, como há dois anos, os votos contra do PCP enquanto o PSD e PP decidiram-se pela abstenção.

Em Abril de 1999, quando foi votada no Parlamento, foi chumbada pela oposição. Manuel Maria Carrilho, ministro da Cultura na época, criticou duramente a atitude da oposição pela rejeição da proposta, considerando-a um «exemplo do desprezo pelas questões da cultura».

A nova legislação (228/VII) visava substituir a lei anterior – n.º 13/85 – nunca regulamentada, que o Ministério da Cultura concluiu ter-se revelado «inexequível e progressivamente desajustada às novas exigências e realidades do património cultural».

Depois de ter sido chumbada no Parlamento, a lei foi entretanto alvo de modificações e regressou como a proposta de lei 39/VIII, que passa a estabelecer as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

As críticas dos parlamentares tecidas no passado levaram os especialistas a ter de superar algumas objeções, tendo sido abandonada a ideia de uma nova forma de protecção intermédia, a qualificação. A acção pública foi também ampliada na

nova proposta, reforçada a protecção dos particulares na classificação de bens móveis, reforçadas as medidas de apoio e protecção dos centros históricos, e igualmente reforçada a autonomia regional. Foram também feitos ajustamentos no regime dos benefícios fiscais, eliminou-se a tipificação criminal, deu-se às autarquias a competência para classificarem bens. Assim, mantém-se a classificação como forma tradicional e base de protecção dos bens culturais, devolvendo aos municípios o poder de classificar.

Registo dos bens culturais

São ainda definidos os critérios genéricos para a apreciação de um bem de interesse cultural e prevê-se igualmente a criação de um sistema nacional de informação do património cultural.

Fundamentalmente, o inventário destina-se a fazer o levantamento sistemático e exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à sua identificação.

Deste modo, o Ministério da Cultura pretende que todos os bens culturais venham a ter, tal como os cidadãos, um registo próprio que os identifique em pormenor, de forma a protegê-los.

REQUERIMENTOS SOBRE OBRAS NA BAIXA DA CIDADE INVICTA

O PS exigiu no dia 18 esclarecimentos à sociedade Porto 2001, à câmara da cidade e à Secretaria de Estado do Comércio sobre as obras na baixa e os protocolos para a requalificação urbana. Nos três requerimentos, o deputado socialista Renato Sampaio interroga a Câmara do Porto sobre o número de lugares de estacionamento que vão ser eliminados no centro da cidade, quantos vão ser os novos lugares em parques subterrâneos, em que data foram assinados os contratos para estas obras e qual a altura prevista em que ficarão concluídas.

Junto da sociedade Porto 2001, Renato Sampaio questionou se os protocolos com o Governo, a autarquia e os parceiros económicos estão a ser cumpridos, se as obras estão a decorrer dentro dos cronogramas pré-estabelecidos, ou se, pelo contrário, existem «derrapagens nos prazos de

execução».

Renato Sampaio quis ainda apurar se os atrasos nas obras provocarão «uma derrapagem financeira do projecto global» e se existem anomalias na execução do projecto de requalificação urbana, preven-do-se, por essa razão, indemnizações ao comércio instalado nas zonas interven-cionadas.

Já em relação à Secretaria de Estado do Comércio, o deputado do PS perguntou sobre o número de protocolos assinados no âmbito da requalificação urbana da baixa do Porto, quais os parceiros desses protocolos e quais as responsabilidades e compromissos de cada um dos parceiros envolvidos.

Questionou ainda o Governo se esses protocolos estão a ser cumpridos e se o eventual não cumprimento colocará em risco a vinda de fundos comunitários para o Porto e para o pequeno comércio da cidade.

VITÓRIA DA ESQUERDA DO CORAÇÃO E DA RAZÃO



O deputado socialista José Medeiros Ferreira saudou vigorosamente, em nome do Grupo Parlamentar do PS, a recente reeleição de Jorge Sampaio para

Presidente da República.

Esta vitória é «um marco na história do regime por ser um socialista que derrotou Cavaco Silva em 1996 e exerceu a presidência quando o seu partido foi sempre Governo durante o primeiro mandato», disse Medeiros Ferreira, numa declaração política proferida, dia 17, na Assembleia da República.

O resultado eleitoral afastou por completo, segundo o parlamentar do PS, «a falsa teoria dos perigos da conjugação de maiorias mais à esquerda».

«Se esse perigo pode ocorrer à direita, está agora provado que não existe à esquerda», disse.

O acto eleitoral que consagrou um chefe de Estado e uma maioria política originários «da esquerda do coração e da razão» é igualmente um marco histórico, para o deputado do GP/PS, porque Jorge Sampaio venceu logo à primeira volta, apesar de defrontar um único candidato à direita e três reclamando-se da esquerda.

Qualificando a vitória de «proeza notável», Medeiros Ferreira não deixou esquecer os apoios «largos e independentes» que Sampaio recebeu nesta campanha, «mercê de como exerceu o primeiro mandato e das esperanças que se depositam no segundo». «Esta capacidade de integração e de federação de vontades colectivas, organizadas ou dispersas, de quadrantes afins ou variados, só é possível quando não

se é refém de grupo ou de fracções», declarou, acrescentando que a vitória de Sampaio era esperada mas não subestimada; afinal não se pode culpar o vencedor «por não ter tido adversários à altura do desafio de umas eleições livres, directas e universais».

Segundo Medeiros Ferreira, Portugal precisa de personalidades constantes na presidência da República e não de talentos ocultos que não sabem conviver com o risco e a derrota. «O descrédito que as forças de direita lançam sobre o funcionamento do regime democrático começa a afugentar os seus próprios representantes das responsabilidades cívicas», observou, aproveitando para saudar Ferreira do Amaral pela «lição que deu a todos aqueles que se furtaram ao exame das eleições presidenciais no campo da direita».

Quanto à constante e crescente abstenção registada no sufrágio, o parlamentar socialista evidenciou preocupação, alertando para a urgência de compreender os motivos e as razões na génese deste fenómeno.

Sem concordar com qualquer mudança substancial na natureza do chefe de Estado nem no processo directo da eleição, José Medeiros Ferreira classificou estas «insinuações» de «pseudo-soluções» que resultariam num ainda maior afastamento dos cidadãos.

«Competirá a esta Assembleia aperfeiçoar os mecanismos legais que possam levar a uma maior participação democrática e até a uma maior verdade dos cadernos eleitorais», afirmou, salvaguardando, porém, que «nada disto retira um átomo de legitimidade à eleição de Jorge Sampaio para Presidente da República».

MARY RODRIGUES

SOCIALISTAS QUEREM INCLUIR COMPROMISSOS ELEITORAIS

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Legislativa Regional dos Açores defendeu no dia 20, que «os compromissos eleitorais devem ser consubstanciados no Plano a Médio Prazo (PMP) 2001-2004».

Francisco Barros, vice-presidente do grupo parlamentar socialista, que falava no final do primeiro dia de trabalhos das Jornadas Parlamentares para debater o PMP, sustentou que «os deputados querem dar o seu contributo à região no seu todo e às ilhas que representam».

O dirigente socialista explicou que os eixos prioritários da política governamental do programa eleitoral socialista apontam para a «recuperação da rede viária, o melhoramento

dos portos e o incremento dos transportes marítimos, a conclusão da rede regional de abate e um aumento dos incentivos ao sector do turismo».

Estes são objectivos regionais, mas os deputados eleitos pelas diferentes ilhas também deverão fazer incluir compromissos locais que assumiram com os seus eleitores durante a campanha eleitoral, disse Francisco Barros.

Barros adiantou que durante os trabalhos de domingo passado o secretário regional das Finanças e Planeamento, Roberto Amaral, apresentaria aos deputados «as grandes linhas de orientação do documento governamental».

BRUXELAS

Orçamento

PORTUGAL APRESENTA METAS PARA 2001-2004

Portugal entregou em Bruxelas no início desta semana o Programa de Estabilidade e Crescimento 2001/04 que prevê a manutenção dos objetivos definidos para o défice orçamental das contas públicas. O ministro das Finanças, Pina Moura, revelou em Bruxelas que Portugal mantém «o objetivo definido há um ano que fixava o valor de 1,5 por cento (por cento) para 2000, 1,1 por cento para 2001, 0,7 por cento para 2002, 0,3 por cento para 2003 e finalmente o equilíbrio para 2004».

«Como é normal nestes programas, este é o cenário central», acrescentou aos jornalistas à margem de uma reunião dos ministros das Finanças dos Quinze.

O Conselho de Ministros aprovou na quinta-feira em Lisboa a actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento 2001-2004.

Segundo Pina Moura, «ao contrário do ano passado, o documento faz um desenvolvimento extenso e concreto do andamento e da aceleração necessária de várias reformas estruturais sectoriais».

O ministro precisou que se trata do «desenvolvimento» da reforma fiscal e das «ações a desenvolver» para a reforma da despesa pública, melhoria da eficiência e qualidade dos serviços públicos como a saúde, a educação e a própria reforma da administração pública.

Pina Moura explicou que «houve contributos sectoriais de vários ministros». O processo de consolidação orçamental e da redução do peso da dívida pública no PIB é, para os Quinze, essencial para o reforço de um ambiente macroeconómico estável, favorável ao crescimento e à expansão do emprego, numa base sólida. A consolidação das finanças públicas traduz-se na descida sustentada do défice orçamental de acordo com os



compromissos assumidos no quadro do Pacto de Estabilidade e Crescimento, um acordo entre os Quinze que estabelece regras de comportamento orçamental.

A actual revisão do Programa de Estabilidade português deverá reafirmar o objetivo da sustentabilidade das finanças públicas nacionais no quadro de uma estratégia plurianual de consolidação orçamental e de redução do peso do endividamento público.

Na base do cenário central adoptado no Programa, o Governo compromete-se a atingir o equilíbrio das finanças públicas no ano 2004.

Se verificar o cenário alto de crescimento económico, os ganhos em matéria de receitas serão utilizados para antecipar o equilíbrio no ano 2003.

Do mesmo modo, uma evolução mais desfavorável da actividade económica subjacente ao cenário baixo poderia conduzir a um pequeno défice no último ano do Programa.

TIMOR-LESTE

Ramos-Horta pede

CAUTELA E CALMA NA TRANSIÇÃO PARA INDEPENDÊNCIA

José Ramos-Horta pede «prudência e calma» no processo de transição política de Timor-Leste, afirmando que o essencial é garantir a paz e a estabilidade e não «marcar a data da independência».

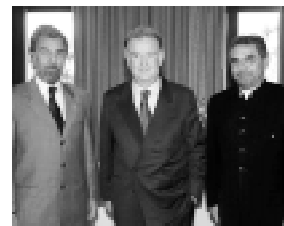
«Vamos caminhar lenta mas seguramente, sem pressas e sem precipitação. O calendário proposto não é um dogma, pode ser ajustado, deve ser flexível e a data da independência e das eleições pode ser adiada se for necessário», disse.

Apesar da calma, Ramos-Horta continua a considerar ser possível a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte em Agosto, referindo que, apesar das «limitações de tempo», a proposta feita por Xanana Gusmão acaba por «ter o benefício de forçar todos a concentrarem-se na meta».

«A intenção do nosso presidente não é fazer desse calendário um dogma, uma coisa inflexível. Ele mais do que ninguém tem a consciência de que temos que ir gradualmente», disse.

Ramos-Horta falava no dia 19 depois de uma intervenção na segunda sessão de consultas públicas do parlamento transitório de Timor-Leste, o Conselho Nacional, que está a estudar o calendário de transição política do território.

Questionado sobre o modelo de transição, Ramos-Horta referiu que a sua posição aposta, numa primeira fase, na adopção de um Pacto de Unidade Nacional, o que deveria ocorrer já nos próximos «dois meses» e deveria ser assinado por todos



os partidos políticos registados.

Estabilidade e concórdia

O pacto – a acordar depois da aprovação da Lei dos Partidos Políticos – «evitaria problemas», garantindo «estabilidade e a concórdia» e assegurando «parceiros internacionais e investidores de que haveria estabilidade e continuidade», frisou Ramos-Horta.

Na prática, esse pacto teria já «alguns elementos da Constituição», que, segundo disse, deveria ser preparada por uma Conferência Constitucional, «um órgão não eleito, bastante amplo e representativo que auscultasse e debatesse todos os pontos de vista».

«Esse órgão redigiria um projecto de Constituição. Haveria a seguir eleições para a Assembleia Constituinte, que ratificaria a Constituição e se transformaria em órgão legislativo», explicou.

EUA

Presidência

GUTERRES ENVIU MENSAGEM A CLINTON

O primeiro-ministro, António Guterres, enviou uma mensagem ao presidente norte-americano, Bill Clinton, que terminou sábado o seu mandato, manifestando-lhe o desejo de que mantenham no futuro as excelentes relações pessoais e políticas que tiveram até agora.

«Durante o seu mandato, Portugal e os Estados Unidos intensificaram significativamente as suas relações no plano bilateral, no contexto do relacionamento do UE/EUA e como aliados na NATO», referiu Guterres na carta.

«Desenvolvemos também fortes laços no âmbito das nossas iniciativas políticas, as quais têm um grande potencial», acrescentou.

O primeiro-ministro já tinha enviado uma carta de felicitações ao novo presidente,

George W. Bush, na qual salientava que as «excelentes relações» entre os dois países datam dos primeiros dias de existência dos Estados Unidos como país independente.

«Construímos desde então o nosso relacionamento e hoje encontramos-nos lado a lado não apenas como aliados na NATO, mas também como países que defendem os mesmos valores da paz, democracia, direitos humanos e uma equitativa distribuição dos frutos da globalização por todos os continentes, países e indivíduos», acrescentava.

«Os nossos esforços conjuntos na questão de Timor-Leste são apenas o mais recente e significativo exemplo desta verdade», lembrava a mensagem enviada a George W. Bush.

BUCARESTE

OSCE

GAMA PARTICIPA NA REUNIÃO DA «TROIKA»

O ministro dos Negócios Estrangeiros português, Jaime Gama, participou na passada terça-feira na primeira reunião ministerial da «troika» da OSCE, que teve como principais pontos o funcionamento da organização e as questões regionais em que está envolvida.

A «troika» da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) é composta por Portugal, que assume a presidência em 2002, pela Roménia, actual presidente, e pela Áustria, que presidiu à organização em 2000.

Sobre a mesa estiveram as questões

relativas aos Balcãs e ao Pacto de Estabilidade, ao Cáucaso – com destaque para os conflitos na Tchetchénia e Nagorno-Karabakh –, ao Nordeste europeu e à Ásia Central.

A reunião de Bucareste surge na sequência das visitas de preparação da «troika» que o ministro Jaime Gama efectuou no segundo semestre de 2000 à Roménia, Moldova, Lituânia e Rússia.

Esta é a primeira visita do ministro dos Negócios Estrangeiros português à Roménia desde que o novo Governo do Presidente Ion Iliescu tomou posse.

ENDURECIMENTO DA LUTA AOS CRIMES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

O ministro da Justiça, António Costa, comprometeu-se a endurecer a luta contra a criminalidade económica e financeira.

O titular da pasta da Justiça garantiu que em Junho apresentará um balanço das reformas recentemente aplicadas no sector.

Estas foram algumas das novidades que António Costa levou ao Parlamento, onde, no dia 18, no período de antes da ordem do dia, fez uma intervenção.

Ao longo da sua intervenção, António Costa enumerou, uma a uma, as medidas concretizadas pelo seu ministério - que há uma ano tinham sido anunciadas.

O ministro anunciou ainda os objectivos para este ano. Objectivos que passam pelo reforço das condições de combate aos chamados crimes «do colarinho branco» (criminalidade financeira e económica), tornando mais ágil o acesso à informação bancária e apostando na prevenção e repressão do branqueamento de capitais.

Notificações e citações

António Costa revelou ainda que o Ministério da Justiça dará conta à Assembleia da República, em Julho próximo, dos resultados apurados sobre as reformas judiciais que entraram em vigor



no primeiro dia deste ano, designadamente no que respeita a notificações e citações. A concretização das reformas ao nível do

contencioso administrativo e da acção executiva - no sentido de que as decisões cíveis sejam imediatamente exequíveis,

como acontece no regime penal e a criação de uma lei de bases para a arbitragem serão outros dos objectivos.

GOVERNO APROVA 133 PROJECTOS DE MODERNIZAÇÃO DA FROTA

O Governo aprovou 133 projectos de modernização de pequenas unidades de pesca e de construção de novas embarcações, num investimento de 250 mil contos, anunciou a Secretária de Estado das Pescas (SEP).

Daquela verba, cerca de 96 mil contos serão financiados pelo Sistema de Incentivos à Pesca (SIPESCA).

Os apoios visam a melhoria das condições de trabalho, segurança e acondicionamento do pescado a bordo e a construção de novas embarcações, em substituição de barcos mais antigos.

O Executivo socialista aprovou 85 projectos referentes à modernização e apetrechamento de pequenas unidades de pesca, num total superior a 94 mil contos, dos quais 36 mil relativos a apoios do Estado.

No que respeita à construção de novas embarcações por substituição, foram aprovados 48 projectos, num investimento



de 155 mil contos, dos quais quase 60 mil contos correspondem a apoios do Estado.

747 novas embarcações

Segundo a SEP, nos últimos cinco anos o SIPESCA permitiu a construção de 747 novas embarcações e o desenvolvimento de 1063 projectos de modernização e apetrechamento de pequenas unidades de pesca.

O apoio distribuiu-se pelas 180 comunidades piscatórias existentes ao longo da costa portuguesa e representa um investimento global superior a quatro milhões de contos.

Entretanto, o gabinete do Governador Civil de Faro informou que foram aprovados cinco projectos de investimento de melhoria das condições portuárias para a actividade piscatória no Algarve, no valor de 2,5 milhões de contos, durante o II Quadro Comunitário de Apoio.

AO TOQUE DA TROMBETA TORGUIANA

O camarada Carlos Carranca, colaborador habitual do «Acção Socialista», lançou, no dia 17 – data em que se assinala o aniversário da morte do poeta do Além-Marão –, a sua mais recente obra, «A Nostalgia de Deus ou A Palavra Perdida em Miguel Torga».

Na Sala das Colunas do Palácio das Galveias, em Lisboa, poetas, escritores, actores, músicos, autarcas e históricos do PS reuniram-se, «ao toque da trombeta torguiana», para reflectir, na intimidade da amizade, questões de ontem e de hoje, questões de sempre, questões do ser português.

Na sessão pública de lançamento de «A Nostalgia de Deus ou A Palavra Perdida em Miguel Torga» – uma edição do texto da conferência proferida pelo autor, em Novembro último, no Auditório da RTP, a convite da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra – houve espaço para declamações, canto e homenagens, mas sobretudo para reverisar o sentimento de portugalidade.

Dedicado a Fernando Valle e António Toscano, apresentado pelo vice-presidente do Instituto Camões, Carlos Melo Santos, o livro foi o ponto de partida ideal para uma conversa com versos sobre a presente situação no mundo da identidade e da cultura portuguesas.

Defensor do idioma de Camões, o actual presidente da Sociedade da Língua Portuguesa é também um eurocético que fundamenta o cepticismo nas inquietações



outrora expressas por Miguel Torga. Em tom de desabafo, Carlos Carranca afirmou não conseguir viver rodeado de mal-entendidos nem equívocos, tendo feito «tudo ou quase tudo» para acertar passo consigo mesmo.

Ciente da natureza afectuosa e sentimental do homem, o docente, poeta e ensaísta salvaguarda os excessos em que a sua lusitana paixão pelo português o possa deixar cair.

«De coração ao pé da boca, só o domo quando escrevo. Assim me autocensuro

para que alguma afirmação despudorada não traia o bom-senso e as conveniências essenciais a momentos como este», confidenciou, acrescentando: «Não sei se o realmente real é ou não irracional, mas sei que a memória é a base da personalidade humana, assim como a cultura o é da personalidade colectiva de um povo».

Preocupado com aquilo que classificou como «perda gradual de independência», Carlos Carranca garantiu encontrar desassossegos semelhantes em «muitos

portugueses não "bigbrotherizados"», que se prendem com «o conhecimento da nova história, hoje subalternizada face à da Europa e que, recentemente, um kit patriótico distribuído pelas escolas do ensino básico tenta reabilitar, como quem atira uma bóia de salvação às gerações vindouras, na esperança de que elas possam sobreviver com identidade e memória neste mar encapelado da globalização».

Carlos Carranca não hesitou em dizer que sente a falta de «um sobressalto cívico», de «acções que ativem a nossa auto-estima» e que «reforcem a soberania, bem como a nossa afirmação política no mundo».

«As fragilidades resultantes da vitória do capitalismo internacional, com a consequente descaracterização das identidades nacionais – o capitalismo não tem pátria, tem folha de caixa e contabilista –, obriga-nos, ao menos, a dizer qualquer coisa; a gritar como cidadãos que se recusam, ainda que quixotesicamente, a viver consumindo, sem ao menos dizer que não estão de acordo», reiterou.

Interrogando-se sobre o que fará falta, neste contexto, a Portugal e aos portugueses, o poeta-professor sugeriu: «Falta-nos uma grande razão, ou simplesmente um destino, mas português.»

«As nossas televisões "bigbrotherizam" e "acorrentam" os mais fracos, contagiando os mais fortes», disse, concluindo de seguida: «O que nos falta, como mais uma vez afirmou Miguel Torga, é "achar as Índias de dentro"».

MARY RODRIGUES

COIMBRA VAI SER A PRIMEIRA CAPITAL NACIONAL DA CULTURA EM 2002

O ministro José Sasportes anunciou que Coimbra vai ser, em 2002, a primeira capital nacional da cultura, iniciando um projecto que visa tornar a dimensão cultural central na vida das cidades.

«O objectivo é dar às cidades essa injeção e concentração de actividades que as porá à prova, revelando necessidades e deficiências, mas tornando impossível que a cultura esteja ausente», afirmou o ministro quando intervinha, no dia 19, na sessão de abertura de um encontro promovido pela Associação Cívica de Coimbra Pro Urbe.

Ao escolher Coimbra para ser a primeira capital nacional da cultura o governante afirmou ter atendido à relação entre a cidade e a Universidade e aos seus 30 mil estudantes do Ensino Superior, um «elemento essencial para aglutinar o projecto».



«Há um certo divórcio entre a vida cultural da cidade e estudantes e professores», afirmou, sublinhando a necessidade de estimular esta relação.

Na sua perspectiva, Coimbra, «estranhamente, fechou-se, quando se esperava que fosse líder».

«Coimbra está à espera que lhe aconteça qualquer coisa», referiu. Acrescentou que a este projecto não se exige a «dimensão exorbitante do Porto 2001».

De acordo com o titular da pasta da Cultura, o projecto a iniciar em Coimbra em 2002 envolve também os ministérios da Economia, através da Secretaria de Estado do Turismo, do Planeamento, Ambiente, Educação e Ciência.

Segundo José Sasportes, esta iniciativa que visa tornar a cultura central na vida das cidades, ainda não se encontra orçamentada.

Insera-se no projecto mais amplo do contrato cultural da cidade, envolvendo as forças vivas dos municípios.

«As casas fechadas e às correntes televisivas, propomos a casa aberta da cultura, em que todos participam», referiu, em alusão a dois concursos de estações de televisão portuguesas.

Desafio estimulante

Ao congratular-se com o anúncio feito pelo ministro da Cultura, o presidente da Câmara de Coimbra, camarada Manuel Machado, considerou tratar-se de um «desafio extremamente estimulante e interessante». A revelação decorreu na sessão inaugural do encontro «Coimbra Cultura. Um Olhar para Crescer», que durante dois dias fez do ponto da situação relativamente ao estado deste sector na cidade.



Albufeira

Alunos de Caliços aprendem música

Mais uma excelente iniciativa na área cultural. A aposta nos mais jovens é a prioridade.

Neste contexto, as 560 crianças do 1º ciclo do ensino básico dos Caliços, em Albufeira, vão ter acesso a aulas de expressão e educação musical.

Para o efeito, a autarquia vai disponibilizar, já para o ano lectivo em curso, uma verba de 240 contos, de forma a que a iniciação musical arranque o mais depressa possível e se prolongue até ao fim das aulas.

Assim, foi celebrado um protocolo com a Direcção Regional de Educação do Algarve, a qual garante docentes com formação especializada, possibilitando um maior desenvolvimento das capacidades dos alunos naquela área.

Câmara investe na segurança nas estradas

O município de Albufeira vai investir cerca de 10 mil contos no melhoramento de vias, de forma a garantir mais segurança aos automobilistas.

Neste sentido, a autarquia deliberou adjudicar um conjunto de trabalhos respeitantes à beneficiação de estradas, caminhos e arruamentos, bem como sinalização horizontal.

Faro

Mais desporto em 2001

A Câmara de Faro reforça este ano a sua aposta no desporto.

«Faro – Cidade Activa, Cidade Mais Viva», um programa que visa sensibilizar toda a população para a prática da actividade desportiva, envolvendo todos os agentes desportivos, é um dos mais importantes objectivos, na área do desporto, que o município de Faro pretende lançar nos tempos mais próximos.

A autarquia alarga, assim, os objectivos que, nos últimos dois anos, já vinham a ser prosseguidos, com assinalável êxito, através do programa «Desporto para todos».

Contratos-programa com clubes

Ainda no âmbito do desporto, a Câmara de Faro celebrou contratos-programa com os clubes desportivos do concelho, relativos ao apoio financeiro que a autarquia concede à actividade anual desenvolvida por aqueles agentes desportivos e que rondaram no ano passado largos milhares de contos.

Montijo

Mais subsídios para associações do concelho

O Executivo da Câmara do Montijo aprovou na sua última reunião a concessão de subsídios a várias associações do concelho. Com o Carnaval a aproximar-se, destaque

para os subsídios atribuídos ao Grupo de Amigos «Os Comilhões» e ao Clube Desportivo, Cultural e Recreativo «Os Unidos», destinados às despesas a efectuar com a realização do curso de Carnaval 2001.



Sesimbra

Exposição de pintura de Paula Will

Esteve patente ao público até ao passado dia 15 de Janeiro, no «Santiago Café», no Castelo de Sesimbra, uma exposição de pintura, subordinada ao tema «Mar e Campo», da autoria de Paula Will.



Tratou-se de mais uma iniciativa destinada a animar aquele espaço, que, tal como o Centro de Documentação Rafael Monteiro, se assume cada vez mais como um local obrigatório para os visitantes do Castelo.

Autarquia subsidia Paróquia do Castelo

A Câmara Municipal de Sesimbra deliberou conceder um subsídio de 2740 contos à Paróquia do Castelo.

A verba destina-se a comparticipar os custos da obra de remodelação da rede de saneamento das instalações, que se encontra muito degradada.

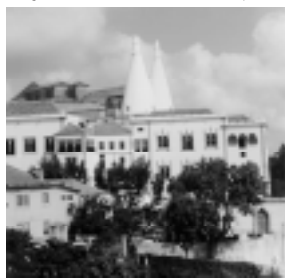
Sintra

Redução da circulação automóvel

A Câmara Municipal de Sintra apresentou na terça-feira, dia 23, o projecto «Mobilsintra», numa sessão que decorreu na Casa da Juventude, na Tapada das

Mercês.

O «Mobilsintra» é uma iniciativa que tem como objectivo central alterar atitudes e comportamentos dos visitantes de Sintra em relação à escolha do modo de transporte.



Recorde-se que Sintra participou no «Dia Europeu Sem Carros», no passado dia 23 de Setembro, uma acção que mostrou que a mobilidade pode ser sustentada sem recurso ao automóvel, proporcionando a fruição plena dos espaços públicos da vila e, ainda, um melhor ambiente para todos.

Valença

Piscina Municipal supera todas as expectativas

A Piscina Municipal de Valença está a superar tidas as expectativas, facto que se comprova pelo elevado número de utentes registado.



Assim, a escola de natação da Piscina Municipal tem contribuído para proporcionar a múltiplos segmentos da população a aprendizagem da natação, no quadro de uma política de desporto para todos.

De salientar que a Câmara Municipal mantém ainda protocolos com escolas e colectividades que permitem um acesso regular a este equipamento.

Vila do Conde

Autarquia investe 4,5 milhões de contos em habitação social

A Câmara Municipal de Vila do Conde vai investir 4,5 milhões de contos (22,5 milhões de euros) em habitação social em todo o concelho, anunciou o presidente da autarquia, Mário de Almeida.

O autarca falava à margem dos trabalhos de demolição de 64 barracas nos bairros de Branco e do Ezequiel, nas Caxinas.

Mário Almeida acrescentou que a autarquia tem ainda prevista a construção de 650 fogos sociais em vários pontos do município.



A autarquia já construiu 333 fogos sociais em várias freguesias do concelho, estando adjudicados mais 49.

Decorre ainda um concurso para a edificação de outros 68.

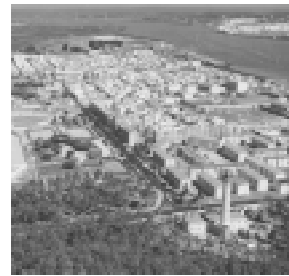
Mário de Almeida referiu ainda que vão ser lançados, em Fevereiro e Março, novos concursos de construção de mais fogos noutras freguesias do município, nomeadamente em Rio Mau, onde já foram adquiridos alguns terrenos.

«O problema da habitação social fica assim praticamente resolvido», frisou.

Vila Real de S. António

Universidade do Algarve retoma aulas

A Universidade do Algarve, através da Escola Superior de Educação de Faro, reactivou o Pólo de Vila Real de S. António com o alargamento de dois cursos de complemento de formação.



O Pólo da Universidade do Algarve em Vila Real de S. António encontrava-se desactivado havia mais de dois anos, com o fim das actividades da Escola Superior de Educação que agora foram retomadas.

Nas mesmas instalações serão em breve integrados cursos da Escola de Hotelaria e Turismo, no âmbito de um protocolo a estabelecer entre a Câmara Municipal de Vila Real de S. António, Universidade do Algarve e Instituto Nacional de Formação Turística.

PS EM MOVIMENTO

BAIXO ALENTEJO

PS saúda reeleição de Sampaio

A Federação do PS/Baixo Alentejo, num comunicado, saúda Jorge Sampaio pela «inequívoca reeleição como Presidente da República».

No distrito de Beja, salienta o PS/Baixo Alentejo no comunicado, «a votação foi expressiva e claramente maioritária na candidatura de Jorge Sampaio, atingindo mais de 62 por cento dos votos expressos, representando maior número de sufrágios que todos os outros candidatos e mais do triplo dos votos do segundo classificado, António Abreu, do PCR que se equiparou a Ferreira do Amaral».

O PS/Baixo Alentejo saúda ainda todos os camaradas desta estrutura que deram o seu esforço, «abnegado e desinteressado», pela candidatura de Jorge Sampaio e pelos «valores democráticos» comportados pela mesma.

BRAGANÇA

Jantar de apoio a Vara

O ex-ministro do Desporto Armando Vara teve sábado à noite, em Bragança, uma manifestação de solidariedade de mais de um milhar de pessoas.

«Perguntava-me, enquanto vos cumprimentava, se algum daqueles que mais criticava, alguma vez, na terra deles, terão a recepção que eu tive», declarou à multidão, onde se encontravam políticos e autarcas de todo o distrito de Bragança, de diferentes tendências partidárias.

«Para quem teve, neste mês e meio, dias muito difíceis, chegar à minha terra e ver tantos amigos é algo que eu nunca esquecerei e, se algumas dúvidas tinha sobre o que ia fazer a seguir, elas estão desfeitas», afirmou.

Vara vai assumir, no início de Fevereiro, o mandato de deputado, eleito por este distrito, na Assembleia da República, e disse aos jornalistas ter «alguns convites tentadores», não especificando se a sua futura actividade política poderá ir além do Parlamento.

Não considerou o jantar de Bragança de desagravo porque disse não se sentir agravado e sobre a polémica em torno da Fundação referiu-se aos «relatórios que demonstram que o que se passou foi algo de kafkiano».

Para o ex-ministro, o papel da Comunicação Social no processo da fundação é condenável.

Vara anunciou que vai levar alguns órgãos de informação a Tribunal.

«Há jornais que abusaram nitidamente da sua posição e fizeram acusações que são totalmente falsas e vão ter que responder por isso em Tribunal», declarou, considerando que «alguma coisa vai ter que mudar em relação à Comunicação Social, designadamente em relação aos responsáveis que determinam a sua orientação».

Para Armando Vara, a decisão que levou à criação da Fundação para a Prevenção e Segurança «foi vendida à Comunicação Social como algo maquiavélico», o que atribuiu aos «descontentes», com algumas decisões que tomou, e que «aproveitam todas as oportunidades para pequenas vinganças».

«Os portugueses reagem com algum nojo em relação a tudo o que se passou e as pessoas devem tirar as conclusões em relação a isso, designadamente a própria Comunicação Social», referiu.

Disse ainda que não vai para a Assembleia da República à procura de vingança.

COSTA DE CAPARICA

«Luta Socialista»

A transcrição de um notável artigo do camarada Mário Soares, publicado no «Diário de Notícias», intitulado «Ser português», é um dos muitos motivos de interesse do número 10 da publicação «Luta Socialista», órgão de informação a Secção do PS da Costa de Caparica.

Reflectindo a preocupação dos socialistas da Costa de Caparica com a realidade local, destaque para um artigo intitulado «Para quando o ensino secundário na Costa de Caparica?», da autoria do camarada J. A. Faria Pinto. «A Secção do PS na Costa de Caparica retoma, com este número do «Luta Socialista», o contacto escrito com o cada vez maior número de militantes na freguesia. Este é apenas um exemplo da vitalidade de uma Secção, que é das mais numerosas e participadas do concelho, mas também das mais ostracizadas pelos respectivos dirigentes», lê-se no editorial.



MADEIRA

X Congresso Regional

Cinco moções globais concorrem ao X Congresso Regional do PS/Madeira.

Os militantes do PS-Madeira começaram no dia 19 a eleger os delegados à reunião magna do partido que se realiza a 3 e 4 de Fevereiro.

Cinco moções globais concorrem ao X Congresso Regional do PS/Madeira, após os resultados dos socialistas nas eleições regionais de 15 de Outubro de 2000 (21,01 por cento contra os 55,91 por cento do PSD-M).

Três das moções apontam críticas à forma como está a decorrer a organização da reunião magna do Partido.

João Carlos Gouveia, da moção «Todos pelo PS», critica o facto do primeiro subscritor da moção «Congregar vontades, vencer desafios», o presidente da JS-Madeira, Vítor Freitas, não ser candidato à liderança do partido quando os Estatutos estabelecem que o primeiro subscritor de uma moção de estratégia global é candidato à presidência.

A subscritora da moção «Connosco os militantes contam», a camarada Maria da Luz Mendonça, refere que só obteve as listas de militantes depois de ter denunciado na comunicação social a resistência da Comissão Organizadora do Congresso (COC) em fornecê-las, facto, entretanto, desmentido pela própria Comissão Organizadora.

Crítica ainda a falta de apoio financeiro do partido à candidatura, razão pela qual diz que uma carta sua não foi expedida para os militantes e acusa os órgãos dirigentes de a terem menosprezado.

O ex-autarca da ilha do Porto Santo Góis Mendonça, que apresenta a moção «Mudar o PS ganhar a Madeira», denuncia igualmente que uma missiva sua para os militantes não foi enviada pelos serviços do partido.

«Unir o PS, ganhar a sociedade» é a moção do camarada José António Cardoso que diz que as eleições estão a «decorrer com normalidade» e que apenas concorre pelas secções do Funchal, Câmara de Lobos e São Vicente devido à sua decisão tardia de se candidatar à presidência do PS-M.

«Comecei tarde, não chego a este debate com força mas sim com a força da razão», contrapõe. O líder da JS-Madeira, camarada Vítor Freitas, apesar de concorrer em 32 das 40 secções de voto existentes, diz não ambicionar liderar o partido, mas acrescenta: «Face aos resultados vamos ponderar todo o processo».

Cerca de 4.600 militantes elegem os 300 representantes das bases do partido que se distribuirão pelas cinco listas concorrentes.

Funchal, Câmara de Lobos e Machico são os três concelhos que mais delegados elegem – 97, 46 e 34 respectivamente.

Há ainda cerca de 100 delegados por inerência, ou seja, no total são 400 os delegados que em Fevereiro vão eleger o sucessor de Mota Torres.

MORTE

Camarada Áurea Rego

O PS está de luto. A camarada Áurea Rego – uma vida dedicada à causa do socialismo democrático - faleceu no passado dia 18 em Londres, onde se encontrava hospitalizada.

Militante exemplar, Áurea Rego viveu em Londres nos anos 60, tendo aí aderido à Acção Socialista Portuguesa em 1970, formação precursora do Partido Socialista.

De regresso a Portugal, foi funcionária do GP/PS na Assembleia da República, onde deixou muitos amigos. A sua simpatia, disponibilidade e dedicação ao Partido granjearam-lhe admiração e respeito.

Na última reunião da Comissão Política e da Comissão Nacional foi prestado um minuto de silêncio em sentida homenagem à militante que foi fundadora do Partido Socialista.





NOTAS POLÍTICAS O CONGRESSO DO PS



Li há alguns dias, por puro acaso, um pequeno texto de Maquiavel de cujas palavras me não lembro, mas que, no essencial, dizia o seguinte: «Quando fazemos um regulamento devemos ter presente que aqueles que o irão aplicar o farão da pior maneira.» Fiquei a respeitar Maquiavel e a considerá-lo um autor absolutamente moderno. A Democracia é, no fundo, um regulamento baseado em princípios que consideramos essenciais com que pretendemos fazer funcionar as sociedades, mas que, habitualmente (sem surpresa para os leitores de Maquiavel), funciona com muitas deficiências (em Portugal, na Europa e em quase todos os países do mundo). Para alterar este estado de coisas é necessário o contributo de muitos, muito esforço e muita imaginação. Como será a Democracia daqui a um século? Como conseguiremos aperfeiçoá-la e adaptá-la às vertiginosas alterações do mundo moderno? A dificuldade está em que, para fazermos funcionar bem a Democracia, só podemos contar com a própria Democracia.

O Congresso do PS foi marcado para o final de Março. Num momento em que os habituais comentadores da vida política nacional se começam a debruçar sobre o que lá se irá passar em termos de ponderação de forças entre «guterristas», «sampaistas» e «soaristas», penso que o problema que verdadeiramente interessa é outro: é o de saber se o PS, no próximo Congresso, ou nalgum outro a seguir, será capaz de dar passos, por pequenos que sejam, no

sentido do aperfeiçoar a sua democracia interna e de melhorar a sua capacidade para governar o país. Se o conseguir, o PS dará um verdadeiro contributo para a Democracia portuguesa. Infelizmente, nestas matérias, os militantes ficam quase sempre confinados a uma posição de distantes espectadores com poucas possibilidades de interferir. De qualquer modo, há um sentir dos militantes do PS a que a Imprensa pouco se refere. Por isso me permito transcrever a seguir alguns fragmentos de uma moção que escrevi, em 1990, para o IX Congresso do PS.

«O papel do Partido Socialista neste fim do

século é o de assegurar ao Povo Português um desenvolvimento que lhe permita, simultaneamente, atingir níveis económicos europeus e manter uma identidade e características culturais próprias, não dissolvidas nem colocadas numa situação de subalteridade no processo de integração na CEE.»

«Ao olhar o Portugal de hoje, sob a democracia formal em que vivemos e parece assegurada, vemos: o afastamento crescente das classes sociais com extremos de uma ostentação indecorosa de riqueza e uma miséria a invadir as ruas; a insegurança das classes médias; o aumento de uma corrupção facilitada pela ausência do controle, sobre a origem dos capitais; uma justiça flácida para as grandes burlas, mas que aperta as penalizações e o controle, dos pequenos delitos; as constantes críticas ao papel das Forças Armadas a ofuscar o aumento do poder das polícias; uma estratificação das chefias na administração pública e nas empresas, a ouvir cada vez menos a opinião dos trabalhadores e a suportar cada vez menos os comentários e as críticas; o receio de falar e de tomar posições a crescer debaixo para cima na administração pública e nas empresas; um sistema educativo a aproximar-se das raíais do absurdo, nunca analisado em conjunto, cada vez mais elitista, mas criticado quase sempre ao nível do oportunismo e da demagogia; um delapidar de grande parte das verbas da CEE destinadas à modernização do País, sobretudo as destinadas à formação; a concentração dos meios de informação em grupos cada

vez mais poderosos; a publicidade – ou a falta dela – a ser cada vez mais decisiva na viabilidade da imprensa de opinião; um urbanismo caótico a favorecer as grandes especulações de terrenos e a degradar a paisagem; o recuo da defesa dos interesses colectivos face aos privados.

A classe política, demasiado estável, no topo a entrar francamente no grupo dos privilegiados, olha pouco para estas coisas, mesmo a do PS.»

Olhemos para o interior do PS... que vemos nós?

...a falta de debate de ideias;...a vida partidária limitada a uma concepção organizativa e burocrática;...o isolamento entre as secções ...; a surpresa dos novos militantes por não encontrarem vida política no interior do partido ...; a falta de diálogo entre as cúpulas e as bases...;...o desaproveitar das qualidades e das disponibilidades de muitos;...a escolha dos representantes do partido na estrita base da adesão a grupos de poder; ...a pobreza da adesão a grupos de poder; ...o gabinete de estudos a não reter sugestões e a ignorar opiniões divergentes...»

A Democracia funciona com muitos defeitos no interior do PS e de todos os outros partidos do mundo. No fundo, é um regulamento, basicamente correcto, mas que continuamente temos de procurar melhorar para conseguir que funcione bem, mesmo quando aqueles que por ele são responsáveis o usam da pior maneira. Num Congresso como o do PS, o importante é saber se algumas melhorias para o funcionamento da Democracia serão conseguidas.

ENCRUZILHADA AUTÁRQUICA

Quem se interesse, nem que só um pouco, por estas coisas das políticas partidárias na área do distrito de Aveiro, não pode deixar de parar e pensar que o PS é bem capaz de estar numa situação menos confortável. Nas últimas eleições sete Câmaras ficaram com presidência socialista no distrito, mas olhando-se friamente para o panorama político distrital, com o condimento um pouco amargo da situação actual do Governo e do seu partido suporte, fácil é constatar que talvez seja muito difícil manter o «score» e bem pior melhorá-lo. Em 1997 o Governo de António Guterres estava nem pingo de popularidade. E agora está um bocadinho por baixo.

Fala-se que, em Aveiro (concelho), vai funcionar a AD na tentativa de roubar a

Câmara. Mesmo com o prestígio pessoal de Alberto Souto e ornado com o bom desempenho neste mandato, há quem ache ser difícil aguentar-se no cadeirão municipal. O mesmo ocorrerá, diz-se, em Estarreja, pelo que Vladimiro Silva deverá ter a cadeira em risco. Se, mesmo assim, conseguir vencer poderá tornar-se no paradigma da influência pelo bom trabalho. Em Sever do Vouga, fala-se que o Soares poderá ceder a sua independência a outra parceira. Se assim for, o PS terá seguras só as Câmaras de Espinho, Ovar e Mealhada.

Urge lutar contra tal hipótese, pelo que para além de se esperar que o Governo e o PS invertam, em 2001, o sentimento de algum desagrado no mundo eleitor, os militantes mais prestigiados terão que se mostrar disponíveis para correr riscos,

candidatando-se onde possam enfrentar os poderes instalados. E há sugestões que podem colher. Para as grandes batalhas, os melhores generais, diria Constâncio.

Para Castelo de Paiva haveria um candidato, diríamos, natural e que, disponibilizando-se, iria recuperar a Câmara. Para a Feira existe figura política e partidariamente preponderante, com forte prestígio autárquico por obra feita nos mandatos anteriores e que, se disponível para assumir algum risco, até poderia desalojar o dinossauro do PSD. Haveria uma troca do certíssimo pelo incerto, mas, sabe-se lá, possível. Para Anadia poderia ser lançado um ex-presidente de Câmara, também prestigiado por obra feita e politicamente enraizado na zona. Conhece muito bem Anadia por lá ter trabalhado

durante anos. Para S. João da Madeira teria que ser pedido o «sacrifício» ao militante mais prestigiado da área. O seu posicionamento actual seria uma mais-valia considerável. Serão medidas de risco, mas que os militantes com responsabilidades deveriam assumir. Porque para combates fáceis há lotes de candidatos. É feita referência a estes quatro municípios, mas outros haverá onde algum militante (ou independente ilustre) possa ser incentivado a protagonizar a luta. E para o combate em Aveiro e Estarreja (e também noutros de situação mais renhida) exigir aos dirigentes nacionais empenho igual ao devotado à eleição intercalar em S. Pedro do Sul. É preciso que o partido não tenha razão para se vir a queixar de que faltam generais para as batalhas mais duras.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Fado em Albufeira

O Auditório Municipal abre as portas no dia 27, às 21 e 30, para recordar a maior diva do fado português. Trata-se do espectáculo «Recordar Amália», a cargo do Quinteto Lusitânia.

Velharias em Coimbra

Como habitualmente, a Praça Velha será o local escolhido para a realização da tradicional Feira das Velharias, este sábado, dia 27, entre as 9 e as 19 horas.

Lendas em Espinho

The Magic Platters actuam no sábado, dia 27, num espectáculo que promete fazer reviver o espírito, o sentimento e o som daquele que é considerado o mais lendário grupo vocal americano. Ella Woods, Don McCollum, Joey Robison e Jarrell Lamar interpretarão os temas «Only You», «Rock Around the Clock», «The Great Pretender» e «The Magic Touch», entre outros sucessos. No palco do Casino de Espinho os Platters apresentarão uma *performance* que alia o romantismo e a nostalgia às modernas tecnologias.

Natação em Faro

Está programado para o próximo sábado um torneio de velocidade em natação. A competição, que contará com a presença de cem nadadores de várias equipas do Sul do País, será disputada pelas 13 e 45 do dia 27 e a partir das 8 e 30 do dia 28, nas piscinas municipais. «Autoretros – Polaróids» é o título da mostra fotográfica de Maria José Palla, que estará patente ao público, a partir do dia 27 e até 28 de Fevereiro, na Galeria Trem. A sessão inaugural decorre este sábado, às 18 horas, com a presença da artista.

Artesanato em Ferreira do Alentejo

De segunda a sexta-feira, entre as 14 e as 17 e 30, poderá visitar, até 15 de Fevereiro, a exposição de artesanato de Joaquim Albano Gonçalves, na Galeria de Arte – Capela de Santo António.

Cinema em Guimarães

O filme assinado por Tim Roth, «Zona de Guerra», será exibido, no Auditório da Universidade do Minho, às 21 e 45 de hoje. A partir de amanhã e até ao fim deste mês, o Cinema São Mamede sugere-lhe que assista à projecção da película «Protegido». Este sábado, às 21 e 30, a Orquestra de Sopros da Academia de Música Valentim Moreira de Sá dará um concerto na Igreja da Misericórdia.

Livro em Lisboa

A exposição fotográfica do mítico Rali Paris/Dakar, da autoria de Pedro Silva, abrirá ao público, hoje, pelas 19 horas, nas instalações da Delegação Regional de Lisboa do IPJ. A apresentação da obra poética «Desejos de Ser», de Carmen D'Assa Castel-Branco, decorre no dia 27, às 15 horas, na Galeria Municipal do Museu Regional de Sintra. Nesta mostra estarão em exibição, até ao dia 21 de Fevereiro, obras de Renato Pereira, Maria Lina Ambrósio Sousa, Alfredo Ferraz e Margarida Soares Duque. Um breve recital poético de Nuno Caldeira e uma *performance* musical (piano) de Francisca D'Assa Castel-Branco são algumas das sugestões para este momento cultural.

Comédia na Lousã

«Sedutora Endiabrada» é o título da divertida película, com Brendan Fraser e Elizabeth Hurley, que poderá ver amanhã, no Cine-Teatro, a partir das 21 e 30.

Conferência em Macedo de Cavaleiros

Amanhã, pelas 21 e 30, realiza-se a conferência «Origens do Cristianismo», um evento integrado no Ciclo de Conferências «2000 Anos do Cristianismo», a decorrer no Auditório do Instituto Superior Piaget.

Filme em Paredes de Coura

Nas salas de cinema do concelho poderá assistir à exibição do filme «Entre as Pernas», realizado por Manuel Gómez Pereira e com Victoria Abril, Javier Bardem, Carmelo Gómez, Juan Diego e Sergi López nos papéis principais.

A projecção está agendada para sábado (27), às 21 e 30, e para domingo (28), às 15 horas e às 21 e 30.

Pintura em Sintra

A exposição colectiva de pintura de deficientes auditivos, intitulada «Mãos que falam, mãos que criam», será inaugurada sábado, dia 27, às 15 horas, na Galeria Municipal do Museu Regional de Sintra. Nesta mostra estarão em exibição, até ao dia 21 de Fevereiro, obras de Renato Pereira, Maria Lina Ambrósio Sousa, Alfredo Ferraz e Margarida Soares Duque.

Dança em Viana do Castelo

A Companhia de Dança Olga Roriz apresenta, em estreia mundial, nos dias 26 e 27, no Teatro Municipal Sá de Miranda, o seu novo espectáculo intitulado «Código – MD8». «Código – MD8» é um espectáculo sobre cinco intérpretes, oriundos de áreas profissionais diversas, como a dança, o teatro e o canto que partilham as suas vivências, confrontam experiências e são cúmplices nas preocupações de uma época plena de conflitos, contradições e inseguranças.

Teatro em Vila Real de Santo António

A Companhia de Teatro do Chiado apresenta amanhã a peça «As obras completas de William Shakespeare em 97 minutos». Trata-se de uma produção do grupo cénico lisboeta que, em pouco mais de hora e meia, dá a conhecer ao público uma versão vertiginosa e acelerada de todas as 37 obras do dramaturgo inglês. Com apresentação marcada para o Centro Cultural António Aleixo, a peça tem encenação de Juvenal Garcês.

SUGESTÃO

Porto 2001: segunda semana

A estreia da primeira produção teatral e o aguardado concerto dirigido por Pierre Boulez marcam a agenda da segunda semana pós-inauguração do Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura, que terá ainda cinco dias do melhor cinema de animação. Assim, o primeiro espectáculo teatral do Porto 2001, «A Princesa Malene», de Maurice Maeterlinck, vai ser estreado, hoje, no Teatro Helena Sá e Costa, onde se manterá em cena até 5 de Fevereiro. Esta peça, encenada por Pierre Voltz, é simultaneamente a primeira produção do Núcleo de Criação Teatral da Escola Superior de Música e Artes do Espectáculo. Destaque-se igualmente a estreia, no Porto, do maestro Pierre Boulez, à frente do seu Ensemble Intercontemporain, que promete brindar um dos momentos mais marcantes da programação musical da Capital Europeia da Cultura. «Pierrot Lunaire, Opus 21», de Schoenberg, «Deux Portraits, Opus 5» e «O Mandarim Maravilhoso, Opus 19», de Bela Bartok, são as peças a interpretar, num concerto que terá como soprano Christine Schäfer. Os apreciadores de cinema de animação terão a oportunidade, talvez única, de visionar mais de 40 filmes dos famosos estúdios britânicos Aardman, produtores de «A Fuga das Galinhas», com sessões diárias de segunda a sexta-feira, no Teatro Rivoli.



POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Nunca mais

Nunca mais
Caminharás nos caminhos naturais.

Nunca mais te poderás sentir
Invulnerável, real e densa –
Para sempre está perdido
O que mais do que tudo procuraste
A plenitude de cada presença.

E será sempre o mesmo sonho,
a mesma ausência.

**Sophia de Mello Breyner
Andresen**
In «Poesia I»

Ballet Nacional de Espanha
Ainda Gomez – direcção artística

ORIPANDO NEREIDAS MIRABRAZO BOLERO

27 a 31 de Janeiro • 21h30
Grande Auditório • Centro Cultural de Belém



BUSH E DESPESA PÚBLICA

1. eleição de George W. Bush significa a abertura de um novo ciclo na história política e económica dos EUA. Mas um ciclo que dificilmente será positivo. As grandes promessas de descidas de impostos, seja qual for o grau em que sejam cumpridas, prejudicarão a concretização dos Programas norte-americanos sociais, de saúde e de educação, nos EUA e no Mundo. O anúncio feito no primeiro dia de mandato é perfeitamente claro e identificador de uma política que satisfaça as direitas republicano-conservadoras. Os esquerdistas que sofrem de paralaxe política começarão a entender que também na actual potência hegemónica (ou liderante) há matizes e até clivagens sociais e políticas.

2.- Poderão também essas descidas de impostos, conjugadas com o reforçado (pós-eleitoralmente) anúncio de aumento das despesas militares, contribuir para inverter o gigantesco esforço da Administração Clinton no sentido da descida do défice norte-americano. Tivesse a União Europeia uma política económica mais coordenada, ou seja uma mais adequada coordenação de políticas económicas e existiriam condições para se tirar globalmente partido (para a Europa, e até para outras regiões do mundo) das fragilidades económicas e sociais da nova política conservadora norte-americana. O que não afectará as necessidades de um bom relacionamento com os EUA mas evidenciará com mais clareza as diferenças do modelo social europeu,

nas suas diferentes aplicações.

3.- Entretanto, em Portugal, é nomeada uma estrutura composta por muito competentes personalidades, representando um leque adequado e pluralista, em termos de experiência profissional, social e política, para tratar de questões relativas ao controlo da despesa pública. A conjugação das medidas de controlo da despesa pública com a actuação no sentido de modernizar a Administração Pública, reduzindo estruturalmente algumas despesas correntes (sem a brutalidade que pretendia alguma direita conservadora), poderá ajudar a concretizar o objectivo de, em quatro anos, se atingir em Portugal, a anulação do défice orçamental e das contas públicas.

«A política do Governo é manter a RTP no sector público»
Guilherme d'Oliveira Martins
Público, 22 de Janeiro

«Somos (EUA) o único país industrializado e democrata do mundo a não ter um programa de assistência nacional de saúde, quando temos os melhores médicos e os melhores hospitais. Não há desculpa»
George McGovern (ex-senador democrata)
Diário de Notícias, 23 de Janeiro

«O modo como (Clinton) conduziu a economia, sem recessão durante oito anos, sem queda da Bolsa, sem desemprego, sem inflação, é uma grande conquista»
Idem, ibidem

«Temos consciência dos erros – e temos cometido muitos, alguns desnecessários – mas também sabemos que somos capazes de os ultrapassar e de fazer melhor»
Jorge Coelho
Expresso, 20 de Janeiro

«Sempre defendi que o PS tem muito mais ligações à esquerda do que à direita e tenho pugnado para que isso possa ser uma solução de futuro na governação do País. Mas a evolução do PCP dificulta esse entendimento»
Idem, ibidem

«As nossas televisões big brotherizam e acorrentam os mais fracos, contaminando os mais fortes»
Carlos Carranca
Palácio Galveias, dia 17 de Janeiro



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

